

BOLETIM LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Audiências Públicas LDO

Secretaria Municipal de Cultura



LEIA NESTA EDIÇÃO:

Uso de EPIs será
obrigatório em
unidades de saúde
pág. 5



LDO: SMC apresenta proposta para retomada cultural da cidade




A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira realizou audiência pública, nesta sexta-feira (5), para conhecer as metas da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) para 2021. As propostas foram apresentadas pelo secretário Adolfo Konder Homem de Carvalho Filho, que afirmou contar com recursos do ISS, do governo federal e da Lei Aldir Blanc para manter projetos culturais na cidade. As propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 estão presentes no [Projeto de Lei nº 1.784/2020](#).

O secretário destacou que a Prefeitura possui mais de 60 equipamentos culturais e que os espaços foram os primeiros a fecharem e serão os últimos a abrirem. Mas informou que irá criar um grupo de trabalho para estabelecer, em conjunto com a vigilância sanitária, cronograma e protocolo de reabertura para cada equipamento municipal.

Entre as metas apresentadas, Adolfo Konder contou que pretende implantar o Programa Vale Cultura – para atender 4 milhões de alunos ao final do PPA – e revitalizar 50% dos equipamentos culturais. As demais metas foram mantidas em relação ao ano anterior. O secretário destaca as melhorias de gestão no Museu do Amanhã, sem custo para a Prefeitura ou perda substancial nas atividades.

O representante da SMC alerta para a desvinculação de receitas do ISS, que causará impacto na execução de muitos processos da pasta. Somente em 2020, são R\$ 50 milhões destinados à execução de 220 projetos funda-


CULTURA

DIRETRIZES	METAS
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a democratização e a disseminação da oferta de bens e serviços culturais, e valorizar a rede de equipamentos culturais já existente. • Zelar pela preservação da memória coletiva da cidade e da cidadania ativa, estimulando o patrimônio histórico, as identidades e as diversidades locais. • Fortalecer a agenda cultural dentro do calendário de turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalizar 50% dos equipamentos culturais do município, qualificados segundo parâmetros de excelência em programação, acessibilidade, diversidade, segurança, sustentabilidade e infraestrutura até 2020. • Implantar o Programa Vale Cultura até 2020.

PLDO
2021

mentais para a retomada cultural da cidade. Por outro lado, a pasta lançou dois editais com recursos do governo federal: um selecionou 10 projetos no valor total de R\$ 70 mil e outro, para pontos de música, que selecionou 12 projetos no valor de R\$ 30 mil cada.

A subsecretária de

cultura, Roseli Duarte, ressalta que todos os equipamentos criaram alternativas virtuais para continuar as atividades e alcançar os mais diversos públicos, de crianças a idosos. Esses espaços permanecerão mesmo após a pandemia. Roseli afirma que a cultura tem sido essencial para entreter e auxiliar as pessoas a suportar o momento de solidão e isolamento social. De acordo com o subsecretário de gestão, Carlos Corrêa Costa, os técnicos da pasta estão trabalhando na adequação do orçamento, que já é diminuindo e vem caindo ano a ano.

A presidente da Comissão, vereadora [Rosa Fernandes](#) (PSC), perguntou se o prefeito pretende conceder licença para os 63 artesãos da feira hippie de Ipanema. Adolfo Konder informou que muitos artesãos já possuem liminares e que a discussão é jurídica.

O vice-presidente da Comissão, vereador [Rafael Aloisio Freitas](#) (CIDADANIA), perguntou qual economia foi gerada com a entrega do Imperator ao governo do Estado e afirmou que a população espera que o centro cultural continue a ser gerenciado com a mesma qualidade. O parlamentar ainda destaca que as duas molas propulsoras para a retomada da economia são a construção civil e o turismo, sendo a cultura parte dele. Segundo o secretário, a entrega do Centro Cultural Imperator gerou uma economia de R\$ 10,7 milhões.



O vereador [Prof. Célio Lupparelli](#) (DEM) perguntou se está prevista a volta da biblioteca de Jacarepaguá, porque o acervo está distribuído em dois espaços inadequados, e se a pasta está preparada para abrigar o público em local fechado após a pandemia, respeitando as “regras de ouro”. De acordo com o secretário, já existe orçamento e projeto para a biblioteca, e um grupo específico tratará do retorno à normalidade com protocolos de segurança.

O vereador [Reimont](#) (PT) destacou a aprovação do Projeto de Lei Federal nº 1.075/2020, conhecido como Lei Aldir Blanc, que determina ações emergenciais para o setor cultural durante a pandemia, e perguntou sobre os impactos da medida no município. O secretário respondeu que a matéria é bem clara ao separar um percentual dos recursos especificamente para os profissionais da cultura, como os artistas de rua.

O vereador [Tarcísio Motta](#) (PSOL) criticou a queda de recursos para a cultura e condenou o corte de 40% nas arenas culturais. Já o vereador [Fernando William](#) (PDT) afirmou que a cidade do Rio é o centro cultural do Brasil, mas o setor é visto como inimigo pelo governo federal.

A conselheira municipal de cultura, Sarah Alonso, afirma que o orçamento da Cultura cai a cada ano e hoje equivale a apenas 0,47% do orçamento da cidade. Ela ainda acrescenta que a distribuição dos recursos é desigual. Segundo Sarah, o ISS representa um terço do valor e a escolha na destinação das verbas é realizada de forma elitista pelas empresas.

A também conselheira Elizabeth Manja destaca que os recursos para a cultura precisam ser descentralizados para que a Zona Oeste também tenha acesso. Outra medida defendida por ela é a simplificação dos editais para incluir os informais e produtores de toda a cidade.

A próxima audiência pública para discutir a LDO de 2021 está prevista para a segunda-feira (8), às 14h, e contará com a participação da Secretaria Municipal de Fazenda.



FOTO: REPRODUÇÃO



Uso de EPIs será obrigatório em unidades de saúde

Os profissionais de saúde estão expostos diariamente à contaminação por coronavírus e nem sempre têm acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados. Para assegurar a continuidade do serviço de saúde e frear a propagação da doença entre os profissionais, um grupo de parlamentares apresentou o [Projeto de lei nº 1.800/2020](#), que obriga o uso de EPIs nas unidades de saúde do município do Rio, durante o período de emergência decorrente da pandemia.

O uso de EPIs deverá ser obrigatório em todas as áreas da unidade de saúde e por todo o pessoal que mantenha contato direto ou indireto com os pacientes, respeitadas as especificidades e riscos de contágio no momento do atendimento. Os EPIs incluem máscaras, luvas, óculos ou viseiras, capotes e qualquer outro objeto de proteção que se faça necessário. Esses equipamentos deverão ser fornecidos obrigatoriamente pelo empregador, seja ele público ou privado.

Ainda de acordo com o projeto, os EPIs deverão manter a qualidade e a especificidade de acordo com as indicações da Associação Brasileira de Medicina (ABM) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sendo utilizados: máscaras modelo N95, N99 ou PFF3; viseiras de proteção facial em acrílico ou material similar, que garanta a vedação correta da face; capotes impermeáveis e luvas.

Os autores da proposta argumentam que essa é uma medida de extrema importância para a preservação da integridade física dos profissionais de saúde que estão na linha de frente no enfrentamento do novo coronavírus. “Considerando-se que estes profissionais estão expostos diariamente e que o índice de contaminação tem crescido muito, deve-se tratar da segurança deles com muita seriedade e de forma assertiva”, disseram os autores do projeto. “Vale ressaltar que essas medidas irão proteger os profissionais de saúde e os pacientes”, acrescentaram.

A medida foi apresentada pelos vereadores [Marcello Siciliano](#) (sem partido), [Prof. Célio Lupporelli](#) (DEM), [Dr. João Ricardo](#) (PSC), [Rafael Aloisio Freitas](#) (CIDADANIA), [Marcelo Arar](#) (PTB), [Professor Adalmir](#) (PROGRESSISTAS), [Junior da Lucinha](#) (PL), [Dr. Jorge Manaia](#) (PROGRESSISTAS), [Jorge Felipe](#) (DEM), [Willian Coelho](#) (DC), [Vera Lins](#) (PROGRESSISTAS), [Jones Moura](#) (PSD), [Fernando William](#) (PDT), [Luciana Novaes](#) (PT) e o ex-vereador Matheus Floriano.



FOTO: REPRODUÇÃO



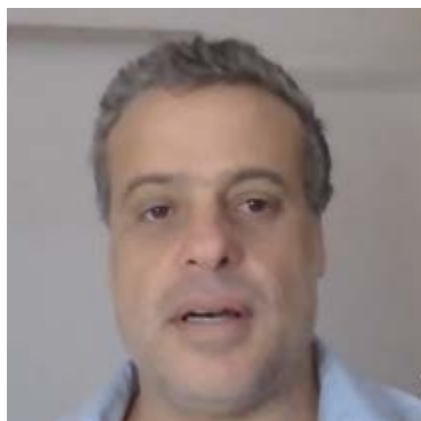


“A abertura está sendo feita de forma lenta, gradual e criteriosa. Está sendo respeitado o que dizem os técnicos da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária.”

Dr. Jairinho (SOLIDARIEDADE)

“O Brasil tem recorde de mortes. Nenhum país do mundo abriu as escolas enquanto o gráfico estava subindo”

Leonel Brizola (PSOL)



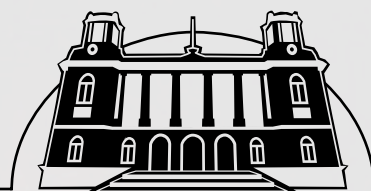
“Segundo parceria da Fiocruz com a PUC, UFRJ, UERJ, e dados do Instituto Pereira Passos (IPP), vimos que estamos numa curva de ascendência do dia 22 para 30 de maio”

Reimont (PT)

“Pelos meus cálculos, como médico e epidemiologista, seremos o segundo país do mundo em número de óbitos e teremos algo em torno de 70 a 80 mil mortos”

Fernando William (PDT)





BOLETIM LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Boletim Legislativo:

Publicação da Assessoria
de Comunicação Social da
Câmara Municipal do Rio
de Janeiro

Jornalista Responsável:

Anette Silva
788/DRT - PA

Assessora de Imprensa:

Elza Calazans

Editor:

Flavio Oliveira

Jornalistas:

Alexandre Fernandes
Claudia Costa

Mariana Mazza

Michele Victer

Verônica Mondarto

Arte e Fotografia:

Adriana Andrade

Antonio Molisani

Eduardo Barreto

Flávio Marroso

Renan Olaz

Diagramação:

Adriano Souza

João Guimarães

Leandro Müller Lima

Estagiários:

Ana Luiza Abreu

Júlia Maia

Rachel Mattos

www.camara.rj.gov.br

